

---

# ANTROPOLOGIA MULTISSITUADA E A QUESTÃO DA ESCALA: REFLEXÕES COM BASE NO ESTUDO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA

*Letícia Cesarino*

*Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil*

**Resumo:** *Como a antropologia pode abordar fenômenos transnacionais, dado que seu método e o tipo de conhecimento construído a partir dele foram originalmente estruturados com base no estudo de pequenas comunidades locais? O artigo tratará do trânsito entre escalas micro e macro a partir de uma das vertentes (meta)teóricas que tem sido propostas desde a “virada interpretativa” nos anos 1980, inspirada na obra de Marilyn Strathern. Essa perspectiva, baseada no primado da relacionalidade e da reflexividade entre as duas faces do ofício do antropólogo (trabalho de campo e escrita etnográfica), aborda operações de produção de conhecimento rotineiramente empregadas tanto pelos antropólogos quanto por seus “nativos”, envolvendo o acionamento de escalas, contextos, domínios e analogias. O artigo buscará operacionalizar esse instrumental analítico no caso da cooperação Sul-Sul brasileira com o continente africano, entendida enquanto composição (assemblage) emergente marcada por esforços de produção de contexto e busca de robustez relacional.*

**Palavras-chave:** *África, antropologia multissituada, Brasil, cooperação Sul-Sul.*

**Abstract:** *How can anthropology approach transnational phenomena given that its method, and the kind of knowledge built through it, were originally based on the study of small local communities? This article tackles the traffic between micro and macro scales from the perspective of one of the (meta)theoretical proposals that have been put forth since the postmodern turn, inspired by the work of Marilyn Strathern. Based on the primacy of relationality and reflexivity across the two facets of the anthropological profession (fieldwork and ethnographic writing), this perspective addresses knowledge production operations routinely deployed by both anthropologists and their “natives”: scaling, context-making, domaining, and analogy-making. The paper puts this analytics to work through the empirical case of Brazil’s South-South cooperation with the African continent, understood as an emerging assemblage marked by context-making efforts and a quest for relational robustness.*

**Keywords:** *Africa, Brazil, multisited anthropology, South-South cooperation.*

A abordagem etnográfica da cooperação para o desenvolvimento, além de implicar os desafios comuns envolvidos em estudar “para cima” (Nader, 1972), remete de modo especialmente contundente à questão da escala, ou do trânsito entre o plano micro da prática etnográfica e o plano macro de processos mais gerais. Como a antropologia pode abordar fenômenos de alcance global, dado que seu método e o tipo de conhecimento construído a partir dele foram originalmente estruturados com base no estudo da escala local de pequenas comunidades face a face? Nas últimas duas décadas, inúmeros antropólogos têm se debruçado sobre a questão de como alçar escalas que se situam além das práticas locais. Respostas bem conhecidas têm apontado na direção de etnografias multissituadas (Marcus, 1995), redes sociotécnicas (Latour, 2012), processos de espacialização do Estado (Ferguson; Gupta, 2002), ou diferentes visões sobre a forma e efeito dos fluxos globais, tais como paisagens (Appadurai, 1996), composições (*assemblages*) (Ong; Collier, 2005), fricção (Tsing, 2005), ou saltos (*globe-hopping*) (Ferguson, 2006).

Este artigo tratará de uma outra via analítica, relativamente pouco explorada, inspirada na antropologia de Marilyn Strathern. Ela enfatiza o modo como os próprios atores no campo produzem conhecimento através do acionamento de escalas e contextos, em articulação com operações do mesmo tipo realizadas pelo antropólogo durante o processo de escrita etnográfica. Essa perspectiva, além de aberta, é necessariamente reflexiva: ela reconhece que o antropólogo e seus informantes formam redes de relações nas quais o primeiro participa enquanto parte igualmente interessada e situada (no sentido de Haraway, 1995), e sugere a explicitação dos efeitos dessa situacionalidade no próprio relato etnográfico.

A presente discussão não poderia deixar de derivar, portanto, de um enraizamento etnográfico específico: meu trabalho de campo multissituado sobre a cooperação Sul-Sul entre Brasil e África. Em outras ocasiões, teci considerações acerca da cooperação Sul-Sul à luz de outras questões, prevalentes na antropologia do desenvolvimento (Cesarino, 2012a, 2012b) e nos estudos pós-coloniais (Cesarino, 2012c). Aqui, eu me basearei em experiências recentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no continente africano para avançar uma discussão (meta)teórica sobre a questão da escala na antropologia de fenômenos globais como os que se interpenetram para compor a cooperação Sul-Sul. Sugiro que tal abordagem, mais do que oferecer respostas definitivas às questões colocadas pela literatura

acadêmica, é produtiva por trazer essas próprias questões para o centro na análise. Pretende-se, com isso, abrir espaço, na literatura antropológica canônica sobre cooperação, para interações “diferenciantes” (Venkatesan; Yarrow, 2012) tanto com nossos interlocutores de campo quanto com outras literaturas mais sensíveis às experiências do chamado sul global, como os chamados estudos pós-coloniais.

## A questão da escala na antropologia

Embora especialmente saliente no estudo de fenômenos globais e simétricos, a problemática da escala está no cerne da constituição da disciplina antropológica enquanto tal. Como colocou Peirano (1995), a antropologia se distingue por ser a um tempo a mais geral e a mais particular das ciências sociais. Ela nasceu como o estudo do homem em sua universalidade, mas o tem feito através da observação da diversidade das práticas humanas na escala mais local: a das pequenas comunidades face a face. Esse aparente paradoxo emana do seu método, a etnografia – que, não obstante potencialidades alternativas nos momentos formadores da disciplina,<sup>1</sup> acabou se consolidando segundo o modelo malinowskiano do antropólogo solitário, que passa um longo período longe de casa, entre um grupo relativamente circunscrito e coeso de pessoas muito diferentes do si próprio (e, se quisermos ir mais longe no espírito pós-anos 1960: homem, branco, europeu, heterossexual, solteiro, sem filhos, parte de uma elite intelectual e econômica, etc.).

Muito já foi dito, durante e em resposta à chamada virada pós-moderna, sobre a assimetria fundamental entre etnógrafo e informantes sobre a qual se erigiram as pretensões de conhecimento científico das primeiras gerações da disciplina: o que se tornou conhecido como o problema da autoridade etnográfica (Clifford; Marcus, 1986). Essa discussão tem múltiplas avenidas, em termos da diferente luz que esse olhar reflexivo pode lançar sobre o fazer antropológico (isto é, produção de conhecimento) em condições de fazer

---

<sup>1</sup> Anos antes de Malinowski protagonizar a celebrada cena de abertura do *Argonautas* nas praias das ilhas Trobriand, pioneiros da disciplina no Reino Unido como Haddon e Rivers haviam ensaiado um trabalho de campo de outro tipo no estreito de Torres: baseado em métodos de história natural, foi realizado em inglês *pidgin*, por uma equipe interdisciplinar de cientistas sociais e naturais, que se deslocou entre diferentes localidades (Stocking, 1983).

etnográfico (isto é, trabalho de campo) que não refletem o modelo malinowskiano (cf. Gupta; Ferguson, 1997). Nesta seção, me debruçarei sobre como transitar entre as escalas local e global, o micro e o macro, na ausência do mediador universal outrora possibilitado por teorias de ambição científica como o estrutural-funcionalismo da geração de Malinowski.

O estudo de fenômenos como o desenvolvimento internacional implica, quase por definição, a impossibilidade de reproduzir *ipsis literis* o modelo malinowskiano. Etnógrafos que seguem *experts*, gestores e outros atores nas extensas, heterogêneas e por vezes inacessíveis redes que se formam em torno das organizações de cooperação não raro devem se deslocar com frequência, falar mais de uma língua de campo, interagir com diversos grupos e nacionalidades e, com a expansão das novas tecnologias da informação entre antropólogos e seus “nativos”, muitas vezes perfazem a sequência campo/escrita de modo não linear. Embora tais etnografias tenham se tornado comuns, não há *um* modelo teórico-metodológico que tenha ganhado corações e mentes suficientes a ponto de suceder o modelo clássico no *mainstream* da disciplina.

Um dos modos mais conhecidos de colocar essa problemática foi a discussão de George Marcus (1995) sobre a etnografia multissituada. Naquela ocasião, ele apontou dois modos proeminentes de lidar com o trânsito entre as escalas micro e macro na antropologia de fenômenos globais. A estratégia mais corriqueira envolve explicar a prática observada localmente através do recurso a “métodos e meios” diferentes do etnográfico, como macroteorias e pesquisa em arquivos. A segunda estratégia, encampada por Marcus, implica seguir etnograficamente a “circulação” de atores, objetos e discursos por múltiplos pontos do globo (precisamente, a etnografia multissituada). Trabalhos nessa linha incluem abordagens do tipo rede (por exemplo, Latour, 2012; Mosse, 2006) ou etnografias de processos e fluxos globais (por exemplo, Appadurai, 1996; Ong; Collier, 2005).

Aqui, eu optei por discutir uma terceira via, que tem gravitado em torno do trabalho de Marilyn Strathern. Nessa perspectiva, um problema com a primeira abordagem apontada por Marcus seria a assimetria implícita entre as práticas de conhecimento do antropólogo e de seus nativos. Aqui, tal qual Malinowski, o pesquisador se arroga o privilégio epistemológico de definir unilateralmente quais escalas e contextos “macro” são os mais relevantes para enquadrar as práticas observadas no plano “micro”. A segunda, por sua vez, baseia-se na presunção de uma certa imanência do plano “micro”; tudo que

o antropólogo precisa fazer é registrar e descrever as práticas observadas no campo. Aqui, o pesquisador, embora se posicione na mesma escala das redes tecidas por seus informantes, não está *situado* nelas no sentido forte que Donna Haraway (1995) atribuiu ao termo – ou seja, não assume a parcialidade da análise, e os interesses e práticas de conhecimento que movem o próprio etnógrafo. Strathern propõe, pelo contrário, que nos voltemos para os modos como a própria produção de escalas e contextos ocorre na prática *tanto* dos atores no campo *quanto* dos antropólogos na academia. Nos termos de Mosse (2006), trata-se de reconhecer que os dois domínios do ofício do antropólogo em cuja separação se baseia o modelo malinowskiano – *field* (trabalho de campo etnográfico) e *desk* (escrita antropológica, que prefiro traduzir por “gabinete”) – fazem parte, um última instância, de uma *mesma* rede de relações *sociais*.

Como Mosse e outros notaram (por exemplo, Cesarino, 2012a; Green, 2009), essas questões tornam-se especialmente salientes no estudo da cooperação internacional, mas elas têm implicações mais gerais. Como bem sabe qualquer um que tenha feito trabalho de campo, as relações entre o etnógrafo e seus informantes são relações sociais como quaisquer outras. Decerto é mais fácil objetificar um indígena melanésio do que, digamos, um cooperante brasileiro. Mas isso ocorre não porque o primeiro pertence a um outro domínio ontológico, mas porque as relações tecidas entre ele e o antropólogo contam com menos precedentes e costumam ser mais efêmeras – e, com efeito, são normalmente arrefecidas ou descontinuadas após a conclusão da pesquisa. Como lembrou Mosse (2006), esta era uma condição para a produção de conhecimento na gênese da disciplina antropológica: a volta do campo para o gabinete implicava um distanciamento (geográfico, temporal, linguístico, hierárquico) e eclipsamento das relações com os nativos em favor do reavivamento das relações com os pares na academia. O privilégio explicativo do antropólogo estaria, assim, não numa autoridade científica desenraizada – o que Haraway (1995) descreveu como o “truque de deus”: ou seja, um olhar que vê tudo mas que não está, ele mesmo, situado em lugar nenhum. Estaria, antes, no fato – bem mais mundano – de que aquele que faz o trabalho de campo e que escreve a etnografia media de modo privilegiado, e por vezes exclusivo, essas duas redes de relações: a produção do conhecimento academicamente legítimo e os processos empíricos que esse conhecimento constrói enquanto “objeto”.

Todavia, quando o etnógrafo “volta dos trópicos” e passa a estudar simetricamente – ou seja, quando seus informantes passam a “ter os meios

intelectuais necessários a ler, criticar e contraditar o trabalho produzido, apresentando-lhes questões em pé de igualdade ou mesmo de superioridade” (Souza Lima, 2010, p. 22) –, esse livre trânsito entre campo e gabinete torna-se mais problemático. Onde as distâncias relacionais entre etnógrafo e informantes são relativamente menores, fica mais difícil sustentar o privilégio epistemológico de definir unilateralmente quais escalas e contextos são relevantes para enquadrar as práticas destes últimos. E diante dessa impossibilidade de romper ou ignorar os laços sociais com os informantes ao passar do campo à academia (como fez Malinowski e tantos outros), o antropólogo pode ser chamado por eles a explicitar seu posicionamento nas redes que teceu entre campo e academia. Isso tem consequências importantes para o modo como o conhecimento antropológico é produzido: em especial, torna-se imperativo que as relações do campo sejam de alguma forma *compostas* com as relações acadêmicas, não (apenas) separadamente mas *durante* o próprio processo de produção de conhecimento através da escrita etnográfica. O desafio passa a ser como fazê-lo de modo legítimo e produtivo tanto para o campo quanto para o gabinete.

Embora leve a essas e outras questões fundamentais, a inspiração stratherniana não oferece uma resposta conceitual padronizada. Na prolífica obra dessa autora, elas têm sido sempre operacionalizadas através da interação com temas e literaturas específicos, como feminismo e gênero (Strathern, 2006) ou cultura de auditoria e interdisciplinaridade (Strathern, no prelo). Embora a própria Strathern não tenha lidado de modo mais detido com os tipos de fenômenos globais a serem abordados aqui, outros antropólogos têm se inspirado em sua obra para avançar propostas mais específicas nessas direções.

Cori Hayden (2008), por exemplo, tem se debruçado sobre os paradoxos da repartição de benefícios e a política da cópia na indústria farmacêutica global. Annelise Riles (2000) avançou a evocativa noção de “rede ao avesso” para indicar os processos autorreferidos de confecção de documentos em redes de ONGs transnacionais. Outros etnógrafos do desenvolvimento como David Mosse (2006) e Maia Green (2009) também se inspiraram na antropóloga britânica para refletir sobre as práticas de conhecimento da disciplina e sua “reflexividade cotidiana” (Strathern, 2013). No Brasil, Catarina Vianna (2014) inspirou-se na perspectiva stratherniana para analisar como emaranhados organizacionais no campo da cooperação se formam e se sustentam globalmente.

Neste estudo, farei recurso a duas propostas avançadas por essa literatura contemporânea de inspiração stratherniana. Recentemente, Venkatesan e Yarrow (2012) propuseram a noção de *desenvolvimento diferenciante* como alternativa para a tensão, historicamente prevalente na antropologia do desenvolvimento, entre abordagens “aplicadas” *versus* “críticas”.<sup>2</sup> Essa perspectiva busca fazer jus à heterogeneidade das interações empíricas do fenômeno do desenvolvimento, engajando os informantes simetricamente no sentido de nutrir relações que sejam fecundas para ambos os lados do divisor campo-gabinete. Bill Maurer (2008, p. 2, tradução minha), por sua vez, propôs a noção de etnografia do *emergente* para abordar práticas que se desenrolam na mesma temporalidade da escrita etnográfica, e que possuem características em comum com as práticas de conhecimento da própria antropologia: “transbordamento de categorias, hibridismo, autodocumentação ou reflexividade, e a mudança contínua de perspectiva entre o geral e o particular para produzir conhecimento”.

Com efeito, ambas as orientações se mostraram especialmente produtivas no caso da minha experiência de pesquisa. Por um lado, a cooperação Sul-Sul contemporânea pode ser caracterizada um tanto literalmente enquanto fenômeno emergente no mundo do desenvolvimento internacional: como se verá adiante, a própria configuração institucional da cooperação brasileira é ainda bastante instável, e sua direção, incerta. Por outro, há uma simetria excepcional entre os dois lados da partilha campo-gabinete. Os cooperantes brasileiros, por exemplo, realizam um trabalho intensivo de autodefinição e autodocumentação que se assemelha muito àquele realizado pelos pesquisadores acadêmicos que estudam a cooperação Sul-Sul. Na linha de frente dos projetos, em especial em países com os quais o Brasil tinha histórico limitado de relações, alguns operadores da cooperação brasileira muitas vezes se portavam como verdadeiros etnógrafos. Aliado ao fato de a cooperação Sul-Sul ser um fenômeno ainda pouco estudado pela antropologia, minha interlocução

---

<sup>2</sup> Essa dicotomia tem sido notada e discutida de diferentes formas por vários antropólogos (por exemplo, Escobar, 1991; Li, 2007). Em linhas gerais, a antropologia aplicada (ou, nos termos de Escobar, *development anthropology*), praticada por antropólogos que trabalham dentro das próprias organizações de cooperação, busca encontrar modos de melhorar suas práticas. Antropólogos da linha crítica (ou *anthropologists of development*) abordam a cooperação internacional através de um olhar crítico e exterior, com pouca empatia e interesse pela melhoria, ou mesmo a própria existência, das práticas observadas durante o trabalho de campo.

analítica com os atores no campo muitas vezes se mostrou mais profícua que o diálogo com os próprios pares acadêmicos. Por essas e outras razões, as relações que vim a estabelecer entre campo e gabinete parecem ser de fato melhor capturadas pela perspectiva do desenvolvimento diferenciante do que pelos posicionamentos ético-epistemológicos mais comuns na antropologia do desenvolvimento, encapsulados na referida dicotomia antropologia aplicada *versus* crítica.

Mas entre os pontos elencados aqui, é em especial sobre as “manobras de perspectiva e escala” (Maurer, 2008, p. 4) que quero me debruçar. Na perspectiva stratherniana de Maurer e outros, a noção de escala tem uma acepção tanto de escala de realidade/complexidade (comumente entendida em termos do *continuum* micro-macro) quanto de escala comparativa (ou seja, denota a perspectiva a partir da qual elementos do real são colocados em relação). Strathern (1991, p. xiv, tradução minha) propõe que reconheçamos o modo como a produção de conhecimento opera através de conexões parciais que implicam mudanças de escala sempre que se muda “de uma perspectiva sobre um fenômeno para outra”. Mesmo quando não aborda um tipo “radical” de alteridade como os melanésios, o antropólogo está sempre compreendendo as práticas observadas no campo em termos de outras – em especial, a prática acadêmica de fazer teorias que pretendem agregar numa escala macro a multiplicidade das práticas observadas no plano micro do trabalho de campo.

Como notado por Strathern e outros, essas manobras de escala (*scaling*) costumam envolver outros modos comuns de colocar-em-relação, tais como analogias, contextualizações (*context-making*) e atribuição a domínios (*domaining*) (Holbraad; Pedersen, 2009; Huen, 2009; Strathern, 1991, 2006, 2013, no prelo). Nessa perspectiva, contextualizar não significa encaixar unilateralmente, e definitivamente, elementos novos (por exemplo, os “dados” levantados na pesquisa etnográfica) no contexto correto (normalmente concebido em termos de uma escala macro também “dada” de antemão na academia, como “globalização”, ou “governamentalidade”), mas olhar para o modo como os próprios contextos são feitos no campo e no gabinete. Em seus escritos, Strathern tem enfatizado o modo como esse acionamento de escalas, contextos e domínios envolve o rearranjo, eclipsamento e realce seletivo de certos elementos, com base em certas matrizes relacionais bem estabelecidas. Estas últimas são frequentemente pensadas em termos de binarismos recorrentes como, no caso da antropologia, natureza *versus* cultura, indivíduo



*versus* sociedade, *dáviva versus* mercadoria (Strathern, 2006) – ou, no meu caso etnográfico, Norte *versus* Sul, África *versus* Brasil, desenvolvido *versus* subdesenvolvido, ou tropical *versus* temperado.

No que segue, buscarei operacionalizar essa perspectiva em termos do meu estudo das relações de cooperação recentes entre Brasil e África. Na próxima seção, avanço o argumento de que a cooperação Sul-Sul brasileira pode ser melhor entendida enquanto uma composição (*assemblage*) caracterizada por interfaces emergentes, inclusive no plano organizacional. Isso explicaria a centralidade que o acionamento de escalas e contextos tem tido na prática das relações emergentes entre instituições e atores brasileiros e africanos. As seções seguintes examinam algumas dessas operações, com base em minhas observações de campo: uma o faz em termos de binarismos hemisféricos como Norte-Sul e Brasil-África, e a outra, em termos das demonstrações sobre a experiência agrícola brasileira realizadas durante alguns dos treinamentos conduzidos pela Embrapa. Na seção conclusiva, volto às questões mais gerais discutidas acima, para explicitar como as relações que estabeleci entre campo e academia moldaram meu modo de descrever e enquadrar teoricamente a cooperação Sul-Sul brasileira.

### Composição: interfaces emergentes da cooperação brasileira

Um dos primeiros desafios no estudo da cooperação Sul-Sul é como enquadrá-la teoricamente. A literatura etnográfica sobre os chamados doadores emergentes é ainda reduzida, pouco desenvolvida teoricamente, e muito concentrada no caso chinês.<sup>3</sup> Na antropologia do desenvolvimento, a literatura mais teórica tem se baseado quase inteiramente na experiência empírica de organismos multilaterais e doadores do chamado norte global. As principais propostas têm ido no sentido de perspectivas foucaultianas enfatizando noções de discurso, governamentalidade e tecnologias de governo (por exemplo, Escobar, 2001; Ferguson, 1994; Li, 2007; Silva, 2012), e abordagens centrad-as-nos-atores destacando noções de redes, mediadores e projetos (por exemplo, Bierschenk; Chauveneau; Olivier de Sardan, 2000; Mosse, 2005; Lewis;

---

<sup>3</sup> Cf., por exemplo, o primeiro painel sobre *emerging donors* na Associação Americana de Antropologia, que só ocorreu em 2012. No Brasil, o estudo de Silva (2013) abordou o país enquanto um doador entre outros no Timor Leste.

Mosse, 2006; Rottenburg, 2009). Essas e outras correntes recortam analiticamente (ou, como se diz com frequência, reduzem) realidades que sempre parecem mais complexas quando vistas da escala do trabalho de campo. Esse é um efeito inevitável do modo como a antropologia faz escalas através de seu método: não é que a complexidade das relações nas quais o etnógrafo está envolvido durante o campo se reduz (Strathern, 1991); o que ocorre é que, durante a escrita, ela é deslocada do campo para o gabinete. Aqui, torno explícito (e, espero, mais equilibrado) meu “reducionismo”: busquei ver a cooperação Sul-Sul em termos de suas diferenças com relação à cooperação tradicional, tal qual evocadas por alguns dos meus interlocutores de campo por um lado, e pela contraposição com parte da literatura teórica sobre cooperação, por outro.

Como argumentei anteriormente (Cesarino, 2012a, 2012b), não obstante diferenças heurísticas importantes entre as distintas correntes teóricas na antropologia do desenvolvimento, nesse campo como um todo o foco analítico tem sido deitado no aparato técnico-burocrático e na lógica sistêmica das organizações de cooperação, entendidas enquanto globais. Sob esse ponto de vista, uma característica marcante da cooperação para o desenvolvimento é sua autorreferencialidade: mais que remeter ao desenvolvimento das condições de vida de agricultores camponeses, comunidades pobres e outros “clientes” do aparato da cooperação, as práticas das agências, consultores e demais atores remeteriam à sua própria autorreprodução e inércia organizacional. Os recebedores da cooperação – estes, entendidos como situados na escala local – são vistos como englobados por essa lógica sistêmica mais ampla, seja passivamente enquanto subalternos (Escobar, 2001) ou submetidos à tutela de *experts* (Li, 2007), ou de modo mais ativo enquanto *brokers* (Lewis; Mosse, 2006) ou *courtiers* (Bierschenk; Chauvneau; Olivier de Sardan, 2000).

Como já argumentei (Cesarino, 2012a, 2012b), essas proposições implicam uma robustez, estabilidade e coerência organizacionais que eu não observei na cooperação brasileira. Vista em termos da escala privilegiada nessa literatura, a cooperação brasileira (e de outros doadores emergentes; cf. Mawdsley, 2012) tende a aparecer sob o signo da falta ou imaturidade: falta-lhe profissionalização, dinheiro, conhecimento especializado, autonomia institucional (por exemplo, Cabral; Weinstock, 2010). Eu me propus, por outro lado, a olhar para a cooperação brasileira através dos modos como seus próprios agentes têm se posicionado diante da cooperação para o desenvolvimento tradicional. Esse posicionamento, embora quase sempre calcado numa

retórica da diferença, não é monolítico, mas altamente ambivalente e por vezes até contraditório. Para aqueles envolvidos no mundo do desenvolvimento, por exemplo, enquanto consultores, a cooperação tradicional pode aparecer como referência normativa e modelo a ser seguido. Para muitos dos atores ligados a instituições nacionais, por outro lado, os doadores do Norte aparecem enquanto pares com os quais cooperar horizontalmente e de forma autônoma. Há, ainda, aqueles que veem a cooperação do Norte como modelo falho a ser superado ou dominação histórica a ser combatida. Em outras palavras, por qualquer escala que se olhe (mesmo a dos indivíduos), não há *um* modo coerente de definir a cooperação Sul-Sul em contraposição à cooperação tradicional; essa contraposição é, em si, parte do esforço prático de muitos dos atores no campo (assim como de seus colegas na academia).

Para delinear esse elusivo objeto de estudo, optei por recrutar uma noção corrente na antropologia de fenômenos globais como o desenvolvimento (por exemplo, Moore, 2005; Ong; Collier, 2005): composição (*assemblage*). Aqui, parto da versão da teoria do ator-rede desenvolvida por Latour (2012), que propõe ver o “social” enquanto uma composição entre agências híbridas que pode alcançar certa estabilidade, mas nunca se congelar numa estrutura transcendente. Introduzo, porém, a inflexão stratherniana para marcar o caráter situado e parcial das agências e perspectivas colocadas em relação nas redes da cooperação, assim como o caráter emergente das suas práticas, identidades e aparato organizacional.

Minha primeira proposição nesse sentido é que a cooperação Sul-Sul brasileira pode ser melhor entendida não em termos de um aparato estável, que articula discurso, estrutura organizacional e prática operacional num modelo alternativo ao da cooperação tradicional (como quer que se conceba esta última), mas enquanto uma *composição de interfaces relacionais emergentes* entre atores e processos preexistentes – inclusive os do norte global. Nessa composição, eu identifiquei, através do contraponto com a literatura sobre cooperação tradicional, três níveis principais, relativamente bem demarcados em termos tanto organizacionais quanto de socialidade entre os atores: 1) discurso oficial da cooperação, seara dos diplomatas, centrado na autodefinição formal da cooperação brasileira em termos de certos princípios e pressupostos; 2) *policy*, seara dos gestores e *experts* em cooperação propriamente dita, onde se realiza o trabalho burocrático de gestão e avaliação de projetos; e 3) a “linha de frente” da prática operacional, onde um grupo bastante heterogêneo

de agentes executa projetos, treinamentos e demais atividades de cooperação. No meu universo etnográfico, as principais instituições representadas em cada nível eram: 1) o Ministério das Relações Exteriores; 2) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (ela mesma, um departamento do Itamaraty); e 3) a Embrapa.

Não apenas a arquitetura organizacional mas a dinâmica entre esses níveis parecia diferir significativamente do modo descrito pelas etnografias de projetos conduzidos por instituições multilaterais como o Banco Mundial ou agências bilaterais do norte global (Ferguson, 1994; Li, 2007; Mosse, 2005; Rottenburg, 2009; Valente, 2010). Nessa literatura, o nível burocrático da *policy* tende a aparecer como se sobrepondo e sobrecodificando os outros dois, em termos de lógicas sistêmicas concebidas em termos macro como a “máquina antipolítica” de James Ferguson (1994) ou a “vontade de melhorar” de Tania Li (2007). Na cooperação brasileira, pelo contrário, sugiro que maior robustez organizacional relativa era encontrada precisamente nos outros dois níveis, da execução e da diplomacia (Cesarino, 2012b).

De um lado, assim como no caso de outros doadores emergentes (Mawdsley, 2012), o principal ímpeto da cooperação Sul-Sul brasileira tem emanado não da própria indústria da cooperação, mas da diplomacia. Em especial, a política externa dos dois governos Lula impulsionou de modo excepcional a aproximação com regiões de pouca tradição histórica de relacionamento com o Brasil, como a Ásia ou, no caso da África, países fora do eixo lusófono. Do outro lado, no nível da execução, situam-se instituições bem mais robustas que a própria ABC, como a Embrapa ou a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).<sup>4</sup> Na prática, essas instituições e seus funcionários não se limitam a executar políticas concebidas noutra lugar; eles mesmos têm realizado boa parte do trabalho de negociar, desenhar, gerir e avaliar projetos e demais atividades da cooperação brasileira.

Assim, a emergência de novas interfaces organizacionais tem se dado não apenas numa escala global – entre o Brasil, outros doadores do Norte e do Sul, e os recebedores da cooperação em África e alhures – mas também domesticamente. Sob a égide do Itamaraty, foram agregadas instituições brasileiras

---

<sup>4</sup> O primeiro relatório oficial sobre a cooperação Sul-Sul brasileira traz uma extensa lista dessas instituições, majoritariamente públicas e federais (Ipea; ABC, 2010).

com pouco precedente de atuação conjunta, ao menos em termos do tipo de atividade que elas têm sido chamadas a desempenhar dentro do quadro da cooperação Sul-Sul. Mesmo para a burocracia brasileira especializada, a ABC, a provisão sistemática de cooperação nos níveis atuais é inédita. A agência havia sido criada para gerir a ajuda recebida pelo Brasil; seu estatuto legal, ainda de recebedora, faz com que ela dependa de parcerias com organizações internacionais que prestam serviços de mediação burocrática, notadamente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).<sup>5</sup> Também é em larga medida novo seu trabalho conjunto com as dezenas de instituições nacionais que têm sido recrutadas pelo Itamaraty para executar projetos e outras atividades da cooperação brasileira.

Essa configuração se reflete no plano dos indivíduos que atuam na linha de frente dos projetos. Em sua maioria, eles não se formaram em *expertises* próprias ao desenvolvimento internacional, e nem fazem suas carreiras na indústria da cooperação. Trata-se de profissionais que têm atuado fundamentalmente dentro do Brasil e em outras áreas, como pesquisa, educação ou transferência de tecnologia. No caso da Embrapa, a maior parte dos projetos é executada por agrônomos, melhoristas e outros pesquisadores da empresa, e não por consultores especializados em cooperação – embora alguns deles eventualmente venham a se tornar consultores para a ABC, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e outras organizações. Boa parte do seu repertório prático tem emanado menos de modelos e metodologias comuns no mundo do desenvolvimento internacional do que de experiências de pesquisa, treinamentos, transferência de tecnologia, parcerias científicas e outras atividades realizadas domesticamente.

No caso da cooperação Sul-Sul, os “clientes” dessas atividades não são os agricultores, extensionistas, gestores, políticos e outros atores brasileiros com os quais a Embrapa e seus pesquisadores têm se engajado rotineiramente. Trata-se, em sua maioria, de pesquisadores e técnicos afiliados a instituições nacionais equivalentes à Embrapa. Eles próprios um efeito da disseminação global de modelos ocidentais através do colonialismo e da Revolução Verde, institutos nacionais de pesquisa agrícola são comuns no sul global, mesmo nos

---

<sup>5</sup> O programa é parceiro em grande parte dos projetos da ABC, e vários funcionários desta última também são contratados como consultores via PNUD (cf. Cabral; Weinstock, 2010).

países mais pobres da África. Mas embora esses institutos funcionem de modo semelhante à Embrapa em muitos sentidos, façam parte de redes globais (de pesquisa, cooperação, comércio) compartilhadas historicamente com o instituto brasileiro, e parte dos projetos de maior fôlego venha seguindo caminhos relacionais bem conhecidos,<sup>6</sup> a cooperação Sul-Sul contemporânea tem envolvido engajamentos com atores institucionais e individuais com os quais a empresa e seus funcionários não têm um histórico de relações significativo.

Este foi o caso das duas principais iniciativas que acompanhei durante o campo, o Embrapa Estudos Estratégicos e Capacitação (Cecat) e o Projeto Coton-4 (C-4). O primeiro envolvia a provisão de capacitações periódicas a técnicos, pesquisadores, extensionistas e outros parceiros africanos num novo centro dedicado à cooperação internacional inaugurado em Brasília em 2010. Esses treinamentos eram trilingües (português, inglês e francês), e lançavam uma ampla rede sobre o continente africano, agregando representantes de mais de 20 países de todas as regiões subsaarianas e do Magrebe. No caso do Projeto C-4, que envolvia transferência de tecnologias agrícolas para a cotonicultura, com exceção parcial do Benin (ou pelo menos, da sua metade sul) os países parceiros (Mali, Burkina Fasso e Chade) tinham poucos precedentes de relações com o Brasil.<sup>7</sup> As próprias embaixadas brasileiras em Bamako e Ouagadougou foram abertas concomitantemente ao projeto.

Em ambos os casos, além disso, as iniciativas foram diretamente originadas e financiadas no nível do governo federal, como efeito direto de sua política externa. O Cecat foi construído em poucos meses através dos generosos recursos do “PAC da Embrapa”, e suas capacitações vêm sendo financiadas pela ABC. O Projeto C-4, por sua vez, nasceu em meados da década de 2000 a partir de uma aliança informal no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) entre o Brasil e um grupo de quatro países africanos produtores de algodão, numa disputa contra os generosos subsídios fornecidos aos cotonicultores estadunidenses. Também financiado pela ABC, tratava-se do

---

<sup>6</sup> É o caso, por exemplo, do projeto Pró-Savana em Moçambique, o maior na modalidade “estruturante” em andamento na África.

<sup>7</sup> Trata-se de países pobres, de ex-colonização francesa, alta população muçulmana, próximos à faixa saheliana, sem acesso à costa, com um grande campesinato rural, sem um mercado privado de terras ou de insumos agrícolas significativo.

projeto bilateral de maior orçamento sendo executado pela Embrapa no continente africano na época do meu trabalho de campo (2010-2012).

Em ambos os casos, o grosso das equipes brasileiras foi recrutado entre os quadros regulares da Embrapa, geralmente pesquisadores. Embora muitos deles já houvessem participado de treinamentos e projetos internacionais, nem todos o fizeram como provedores de cooperação técnica. A pequena porém dedicada equipe permanente do Cecat foi originalmente transferida de unidades descentralizadas de pesquisa, com o acréscimo posterior de novos contratados em áreas mais especializadas como línguas e pedagogia. No caso dos projetos executados em território africano como o C-4, para muitos dos operadores da linha de frente era a primeira vez naquele continente, e poucos falavam francês fluente.

Os cooperantes africanos, por sua vez, tendiam a ter experiência extensiva enquanto beneficiários de projetos internacionais. Muitos deles, em especial os seniores, formaram-se no exterior (Europa, Estados Unidos ou ex-União Soviética), e parte importante do financiamento para pesquisa na rotina dos seus institutos vinha de agências estrangeiras. Mas em vários sentidos, mesmo para eles a interface que vinha sendo composta com o Brasil também era nova: poucos conheciam o país para além das referências comuns ao futebol e novelas. Segundo seus relatos, em vários sentidos a cooperação brasileira de fato se mostrava diferente das cooperações do Norte – domínios comumente citados incluíam o montante e modo de gestão dos recursos (em especial financeiros), o tipo de profissional enviado para implementar os projetos (pesquisadores ao invés de consultores) e o nível de envolvimento do pessoal diplomático no dia a dia dos projetos. Essas avaliações nem sempre coincidiam com a autoapresentação da cooperação brasileira, avançada fundamentalmente pelos diplomatas e outros atores atuando no nível dos princípios e da *policy*. De fato, uma das características salientes da composição em questão era uma certa disjunção entre o discurso oficial, a gestão burocrática e a prática na linha de frente dos projetos.

Esse tipo de disjunção entre discurso, políticas e execução tem sido notado pela literatura sobre cooperação do Norte, mas num sentido bem diferente do que observei. Enquanto a distância entre o nível burocrático da *policy* e a prática operacional dos projetos é descrita – por exemplo, por Mosse (2005), Li (2007) ou Rottenburg (2009) – como um efeito funcional da própria lógica sistêmica da *policy*, que sobredetermina a prática justamente ao garantir uma

separação entre aqueles que planejam e aqueles que executam os projetos, na cooperação brasileira essa distância não apresenta tal caráter sistemático. Ela está ligada ao fato de que, na prática, a cooperação brasileira se traduz num conjunto bastante heterogêneo de iniciativas sobre as quais o nível burocrático da *policy* tem, pelo contrário, pouco controle. O que as une não vai muito além dos princípios discursivos propalados pelo Itamaraty. Mesmo a gestão centralizada na ABC não é organizacionalmente pujante o suficiente para influir na padronização das ações na linha de frente dos projetos, ou para prover um aparato de produção de conhecimento especializado sobre os países africanos nos moldes daqueles encontrados na indústria global da cooperação – o que Cabral et al. (2013) têm chamado de “política de não ter política”.

Assim, concluo esta seção notando que, numa composição onde há poucos canais relacionais consolidados, inclusive no plano organizacional, boa parte do trabalho dos cooperantes brasileiros – diplomatas, gestores e executores, mas especialmente estes últimos – tem se dado no sentido de fazer um contexto para as relações com seus novos parceiros ao longo dessas interfaces emergentes. Em outras palavras, na ausência do aparato sistêmico e sobrecondicionador observado na cooperação tradicional, boa parte do trabalho de converter princípios em prática, produzir conhecimento sobre as realidades locais e engajar os parceiros africanos nos treinamentos e projetos tem sido realizada, a seu próprio modo, pelos operadores da linha de frente da cooperação brasileira. As seções que se seguem trarão um relato de como esse trabalho de produção de contexto tem se dado no nível mais básico do reconhecimento mútuo, através de analogias entre os dois lados do Atlântico Sul que envolvem o acionamento seletivo de diferentes escalas e contextos. A primeira o fará em termos de escalas hemisféricas como o binarismo Norte-Sul e Brasil-África, e a segunda, em termos do principal domínio abordado pela cooperação da Embrapa, a agricultura tropical.

## Escalas hemisféricas: Brasil e África entre o Norte e o Sul

A cooperação para o desenvolvimento é um campo cujo próprio desenvolvimento histórico assenta-se num distanciamento entre escalas micro e macro, concebido em termos de binarismos comuns como global-local, ou Primeiro-Terceiro Mundo. Ao fazer a crítica à assimetria de poder implicada



nessas e outras dicotomias (por exemplo, Escobar, 2001; Ferguson, 1994; Li, 2007; Moore, 2005), a própria literatura antropológica tem frequentemente respondido através de outros binarismos, como dominação (sistêmica) *versus* resistência (local). A cooperação Sul-Sul não escapa a essa tendência: sua própria autodefinição tem se dado através do binarismo Norte-Sul. Mas embora essa contraposição ao “Norte” seja de fato constitutiva das visões sobre a cooperação Sul-Sul, por parte tanto de seus agentes quanto de outros no mundo do desenvolvimento internacional, o caráter dessa relação não é monolítico, mas ambivalente e até contraditório. Essas visões podem variar desde um bem-vindo e “valioso complemento à cooperação Norte-Sul” (OECD, 2005 apud Mawdsley, 2012, p. 65, tradução minha) até a ameaça de um “mundo mais corrupto, caótico e autoritário” (Naim, 2007 apud Walz; Ramachandran, 2011, p. 1, tradução minha); de versão embrionária de uma norma mais bem acabada, encontrada no norte global (Cabral; Weinstock, 2010), até a busca por um modelo autônomo dentro da hegemonia existente (Corrêa, 2010).

No caso brasileiro, o grupo de atores que tem mostrado mais interesse e esforço em explicitar a natureza da relação Norte-Sul são aqueles responsáveis por construir o discurso oficial da cooperação brasileira: os diplomatas. Esse discurso, expresso em declarações, *power points*, documentos, panfletos, *websites* produzidos pelo Itamaraty e outros, é o aspecto mais visível da produção de contexto para as relações emergentes entre o Brasil e outras regiões do sul global. Embora não seja perfeitamente padronizado entre os diferentes atores institucionais e individuais, esse discurso tem apresentado certas recorrências. No plano mais geral, estão os princípios da cooperação Sul-Sul, explicitamente compartilhados por outros países do sul global em certos fóruns formais,<sup>8</sup> e que orbitam em torno de noções de solidariedade, horizontalidade, não interferência, não condicionalidade, orientação pela demanda, autonomia, etc. Essas noções são recrutadas enquanto contraponto a uma certa versão da cooperação do norte global, concebida como intervencionista, vertical e autointeressada. A intenção horizontalizante do termo Sul-Sul é constituída assim em oposição a uma verticalidade suposta no padrão Norte-Sul.

Essa contraposição Norte *versus* Sul não é, todavia, capaz de eclipsar inteiramente as ambivalências e contradições ligadas ao fato de que a própria

---

<sup>8</sup> Por exemplo, o “G-77 mais China” (UNCTAD, 2010, p. 8).

cooperação Sul-Sul emergiu de *dentro* de uma hegemonia já existente, e não como um modelo externo alternativo à cooperação do Norte. Elas permanecem evidentes, por exemplo, em certos pressupostos temporais acionados pelo discurso oficial, que enfatiza uma escala de desenvolvimento periférico comum em termos da qual o Brasil e os países africanos – e no limite, o sul global como um todo – são alinhados. Não se trata aqui de uma simples reprodução do pressuposto modernizante clássico (Ferguson, 2006): busca-se marcar uma diferença estratégica com relação ao Norte através da alegação de que as soluções desenvolvimentais produzidas pela experiência periférica, como a agricultura tropical ou o Bolsa Família, seriam *melhores* do que aquelas oferecidas pelos países situados no topo da escala da modernização. Esse movimento ecoa um outro, ocorrido meio século atrás: em seu mítico discurso do Ponto Quatro em 1949, que presumidamente nomeou pela primeira o desenvolvimento internacional enquanto tal (Escobar, 2001; Sá e Silva, 2009), o presidente Truman convocou os Estados Unidos a colocarem seu “estoque de conhecimento técnico” a serviço das nações em desenvolvimento. E assim como, falando logo após Segunda Guerra, ele buscava “distanciar seu projeto do imperialismo tradicional [Europeu]” (Gardner; Lewis, 1996, p. 6, tradução minha), Brasil e os demais doadores emergentes buscam hoje diferenciar a cooperação Sul-Sul da ajuda para o desenvolvimento “tradicional” – dos Estados Unidos e o resto do norte global.

Há, além dessas considerações hemisféricas, toda uma retórica especialmente dedicada a relações Sul-Sul particulares. No caso do continente africano, ela tem se centrado em noções de afinidade, semelhança, compartilhamento e parentesco (Cabral et al., 2013). Como argumentei anteriormente (Cesarino, 2012c), esse idioma baseia-se numa “gramática culturalista” (Saraiva, 1996) bem difundida no Brasil, que encontra forma paradigmática na obra de um dos mais bem sucedidos ideólogos da nacionalidade brasileira (e do colonialismo português), Gilberto Freyre. Do ponto de vista antropológico, a ênfase excepcional do discurso do Itamaraty no domínio da cultura, bem como sua tenacidade ao longo de mais de meio século mesmo diante dos ataques e deslocamentos sofridos em especial nos últimos anos (D’Ávila, 2011), estão entre os pontos mais intrigantes da cooperação brasileira com a África. Dentro do escopo deste artigo, cabe destacar o papel que esse discurso tem desempenhado na construção de um contexto para as relações emergentes entre brasileiros e africanos.

No caso dos países que vêm sendo trazidos para o campo relacional da cooperação brasileira através de iniciativas recentes como o Cecat ou o Projeto C-4, um dos principais efeitos pretendidos do idioma das afinidades culturais parece ser traçar conexões simbólicas com regiões que muitas vezes contam com poucas experiências de fato compartilhadas com o Brasil. Assim, a “africanidade” do Brasil – entendida, a partir do *tour de force* magistral de Freyre, como descolada do domínio biológico da raça e constitutiva do caráter nacional brasileiro enquanto cultura (Cesarino, 2012c) – é estendida à África como um todo, ainda que baseada numa amostra circunscrita de africanos efetivamente deslocados pelo tráfico de escravos. Isso vem, ainda, suprir uma lacuna de conhecimento produzido no Brasil sobre as realidades africanas, especialmente fora do eixo lusófono.

Esse truque metonímico de tomar parte pelo todo, que implica uma homogeneização de ambos os lados da relação (África e Brasil) em termos de uma escala comum como a “cultura africana”, não é privilégio da cooperação brasileira. Os indianos, por exemplo, têm se valido de um idioma muito similar de proximidade cultural e geográfica, porém partindo do *outro* lado (leste) do continente africano. Além disso, como venho argumentando (Cesarino, 2012c), há aqui uma ressonância clara com mecanismos discursivos mais gerais, como o orientalismo descrito por Edward Said (2008). Mas nesse caso, as visões sobre o Outro baseiam-se menos em experiências de expansionismo imperialista (tal qual o *empire-building* britânico, francês e estadunidense abordado por Said) do que em preocupações próprias a processos de construção da nação (ou, sob outro ponto de vista, de colonialismo interno). No caso das relações Brasil-África, esse “orientalismo de *nation-building*”, tão centrado no domínio da cultura e em noções romantizadas de afinidade, reflete experiências e preocupações domésticas historicamente ligadas aos processos de integração dos afrodescendentes no corpo político brasileiro. No caso de Freyre (2003), como explicitado por ele próprio no conhecido prefácio original ao *Casa-grande e senzala*, em 1933, a ênfase na cultura havia sido sua resposta, alegadamente inspirada em Franz Boas, ao dilema civilizatório colocado pelas teorias biológicas de degenerescência racial em voga no Brasil no início do século XX. E assim como, no Brasil, os afrodescendentes têm sido hegemonicamente vistos como especialmente bem integrados no plano cultural (em domínios como esportes, música, comida, roupas, linguagem, religião, ou, de modo mais frouxo, através de um certo “jeito” de ser brasileiro) porém

permanecem largamente subalternizados em domínios mais “duros” (economia, política, etc.), as afinidades entre Brasil e África também são explicitadas pelo discurso oficial primariamente em termos de cultura (e como se verá na próxima seção, do domínio não social da natureza).

Mas assim como no orientalismo clássico, noções que são centrais no plano do discurso nem sempre encontram respaldo na prática; o caso da cooperação brasileira com a África não é diferente. Nos casos que observei, o interesse dos diplomatas nas supostas afinidades culturais entre Brasil e África só encontrava equivalente no desinteresse por questões de cultura (e sua outra face, raça) entre os brasileiros e africanos atuando na linha de frente da cooperação. Entre os primeiros, por exemplo, eu vi muito pouco dos dois extremos de romantização por um lado, e racismo por outro. Mais comuns eram considerações práticas envolvendo recursos, tecnologia ou conhecimento técnico para as quais os elementos discursivamente atribuídos ao domínio da cultura costumavam ter pouca relevância.

Nesses outros domínios, tendia a prevalecer menos uma relação horizontal (Sul-Sul) direta do que a ampla mediação de redes hegemônicas, compostas historicamente sob a égide do norte global. No caso do Projeto C-4, por exemplo, a própria parceria entre o Brasil e os quatro países oeste-africanos emergiu a partir de negociações globais de comércio no âmbito da OMC; a transferência e gestão de recursos passava pelo PNUD e outras redes internacionais; o tipo de conhecimento, técnicas e artefatos empregados na adaptação das tecnologias brasileiras em solo africano encontrava chão comum na Revolução Verde e em projetos de desenvolvimento anteriores encabeçados por doadores do Norte ou organizações globais como a FAO; o germoplasma (material genético) que viajava através do Atlântico Sul não raro tinha ancestralidade comum em plantas melhoradas nos Estados Unidos ou nos institutos coloniais europeus. Essa preeminência de domínios sociais “moles” como a cultura no discurso sobre as relações entre Brasil e África guarda afinidades com certas interpretações acadêmicas canônicas sobre a diáspora africana, como o *Atlântico Negro* de Paul Gilroy (2002). Mas a observação da prática sugere que ela reflete movimentos históricos mais gerais, através dos quais ambas as regiões foram periferalizadas durante a emergência hegemônica do Ocidente e sua dominância em dimensões como economia (industrial-capitalista), instituições políticas (liberal-democráticas) e conhecimento (técnico-científico).

Os esforços de produção de contexto nas diversas interfaces emergentes promovidas pela recente intensificação da cooperação Sul-Sul lembram assim o quadro delineado por Strathern para outros fenômenos como a própria antropologia (Strathern, 1991). Mas nesse caso, como indiquei aqui e explorei mais a fundo noutra ocasião (Cesarino, 2012c), as ambivalências e contradições que permeiam as múltiplas escalas através das quais se desenrolam as relações (Norte-)Sul-Sul pedem uma articulação com outras literaturas, mais sensíveis à densidade histórica particular das relações entre (e dentro de) diferentes partes do sul global, como estudos históricos (por exemplo, D'Ávila, 2011; Mamdani, 1996; Saraiva, 1996) ou engajamentos com as diferentes interações da questão pós-colonial, inclusive internamente aos próprios Estados pós-coloniais (por exemplo, Santos, 2002; Silva, 2013). A próxima seção introduzirá algumas indicações nesse sentido, em termos de certos processos de colonialismo interno ligados à expansão agrícola no Brasil.

## Demonstrando o desenvolvimento: a agricultura do cerrado

Na última década, a Embrapa tem sido a “face” mais visível da cooperação brasileira, em África e alhures (Cabral et al., 2013). Suas ações têm variado desde pequenos projetos de capacitação e pesquisa colaborativa até grandes projetos de transferência de tecnologia chamados “estruturantes”. Em todos os casos, mas principalmente nos treinamentos realizados no Cecat em Brasília, tais atividades têm incluído de modo central uma demonstração situada da experiência de desenvolvimento agrícola do país. Essas demonstrações são, antes de tudo, um convite aos parceiros africanos para que se engajem em, e continuem estendendo, os esforços de produção de contexto para as relações emergentes com seus colegas brasileiros, diferenciando-as segundo seus próprios interesses e assim as tornando – espera-se – mais robustas.

Nessas demonstrações, normalmente conduzidas no formato de palestras e *workshops*, os funcionários da Embrapa e seus convidados (burocratas do governo, professores, pesquisadores e produtores rurais de organizações variadas, geralmente ligadas ao setor público) privilegiavam menos as dimensões da cultura e história social do que outras, relativas ao desenvolvimento agrícola entendido em termos tecnológicos, econômicos, demográficos e de

políticas públicas. Nelas, a multiplicidade da agricultura brasileira tendia a ser contextualizada em termos de duas escalas: uma temporal, ligada à noção de desenvolvimento nacional, e outra espacial, ligada à região do cerrado. Ambas eram fundidas na ideia-chave do setor agrícola enquanto “motor do desenvolvimento nacional”.

Aqui, também, o idioma privilegiado era o das afinidades e paralelismos, num esforço de aproximar os contextos agrícolas africano e brasileiro através de analogias seletivas. No primeiro plano estavam paralelismos geológicos e edafoclimáticos com a zona subsaariana. O tempo e o espaço nos dois lados do Atlântico Sul eram colapsados num distante passado geológico comum, quando o oeste africano e a costa brasileira encontravam-se ainda unidos. Essa contiguidade era apresentada, ainda, em termos do fato de a maior parte das duas regiões se situar hoje dentro da zona tropical, configurando afinidades em termos de solo, clima, vegetação, ou padrão de chuvas. Essas semelhanças ambientais eram frequentemente colocadas como fatores facilitadores da transferência de tecnologia entre as duas regiões – uma vantagem comparativa da cooperação brasileira com relação aos doadores do norte global, e a outros doadores emergentes como a Rússia ou a China.

Embora o Brasil e partes do continente africano de fato tenham diversos biomas similares, nas demonstrações a ênfase era quase inteiramente posta nas savanas tropicais. A razão é evidente: foi no cerrado, a savana brasileira, que se deu o grande impulso no setor agrícola nos últimos 40 anos. Essa narrativa permitia, entre outras coisas, destacar o protagonismo da própria Embrapa no processo que “transformou o maior ‘passivo’ brasileiro, o cerrado, no nosso maior ‘ativo’” (Netto, 2012). Durante muito tempo considerado ambiente inóspito para a agricultura de alta produtividade devido à pobreza de seus solos, o cerrado foi transformado pela pesquisa agrícola no “celeiro do mundo”. Se nos treinamentos no Projeto C-4 esse protagonismo aparecia na forma de tecnologias específicas como o plantio direto ou cultivares melhoradas, nas exposições no Cecat o papel da Embrapa era colocado em termos macro, articulado com outros domínios evocados como concorrendo para a história de sucesso da agricultura brasileira.

Os domínios não tecnológicos destacados nesses treinamentos incluíam, por um lado, políticas públicas de crédito, seguro rural, apoio ao cooperativismo e outras, descritas em termos de um binarismo recorrente entre agronegócio e agricultura familiar. Encastelado institucionalmente nos dois

ministérios brasileiros dedicados ao setor agrícola,<sup>9</sup> esse par aparecia não em termos de oposição ou conflito, mas de uma complementaridade harmônica. Era comum, por exemplo, apresentar a agricultura familiar e camponesa enquanto parte da agricultura comercial, ou minimizar a severidade da questão agrária no país através do argumento de que a pressão pela terra já teria, a essa altura, praticamente subsistido no país.

Finalmente, o terceiro vetor do desenvolvimento agrícola brasileiro exposto pelos cooperantes remetia ao protagonismo dos produtores “gaúchos”. Esse grupo era destacado pelo seu pioneirismo e espírito de fronteira, concebida em termos tanto territoriais quanto tecnológicos. Nesse empreendedorismo excepcional estaria o papel fundamental do setor privado; sem a disposição dos gaúchos para desbravar o cerrado e transformá-lo em terra produtiva através da ampla adoção dos desenvolvimentos técnicos produzidos, entre outros, pela Embrapa, de nada adiantaria o aporte estatal de políticas públicas ou tecnologias. Nessas narrativas, o outro lado da moeda populacional permanecia completamente eclipsado – ou seja, o que foi feito daqueles que ocupavam a região do cerrado antes da colonização agrícola inaugurada na Marcha para o Oeste durante o primeiro governo Vargas, e consolidada durante o regime militar nos anos 1970.

Esses três eixos narrativos principais (tecnológico, de políticas públicas e demográfico), assim como a própria ideia-chave da agricultura enquanto motor do desenvolvimento nacional, representam uma certa visão sobre a agricultura brasileira. Assim como o Itamaraty e sua ênfase no domínio da cultura, essa perspectiva, talvez dominante mas decerto não a única dentro da Embrapa, encontra afinidades com o discurso de certos grupos de interesse domésticos, dominantes junto ao Ministério da Agricultura. A insistência na centralidade da agricultura como motor do desenvolvimento, por exemplo, tem sido parte fundamental da influência dos chamados ruralistas junto a sucessivos governos, bem como da autoapresentação da própria Embrapa junto ao Estado e à sociedade brasileiros. Já o eclipsamento da questão demográfica, que envolveu historicamente o deslocamento de populações autóctones e outras para fora das faixas de colonização agrícola no cerrado (cujo evento

---

<sup>9</sup> Refiro-me aqui ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

paradigmático foi a criação do Parque do Xingu em 1961), revela uma invisibilidade seletiva mais geral ligada à questão indígena no Brasil, mas também pode estar ligada à precariedade especialmente aguda dessa analogia no caso do continente africano.

De fato, assim como no caso do discurso sobre as afinidades culturais descrito acima, essa seletividade na produção de contexto para as relações Brasil-África ligava-se fundamentalmente a processos domésticos, e muitas vezes produzia disjunções significativas quando dirigidas aos parceiros africanos. A ênfase na agricultura como motor do desenvolvimento nacional, por exemplo, caía no vazio para muitos deles, para quem um setor agrícola forte era uma expectativa não amadurecida historicamente. O mesmo pode ser dito da suposição de um Estado forte, comprometido com o setor agrícola através de políticas de apoio à produção e pesquisa – em grande parte da África, a onda neoliberal que varreu o continente nos anos 1980 e 1990 desmantelou um já frágil sistema de subsídios e proteções às atividades agrícolas nacionais (Moyo, 2008). Mas é a questão fundiária-populacional que talvez se mostre mais problemática numa região cujos processos de colonialismo interno diferem significativamente do brasileiro (Mamdani, 1996): em praticamente nenhum lugar da África é possível, hoje, realizar um deslocamento populacional planejado na escala ocorrida no cerrado brasileiro ao longo do século XX.

Essas e outras disjunções, que têm vindo à tona no caso de alguns projetos de maior escala como o Pró-Savana em Moçambique,<sup>10</sup> nem sempre eram explicitadas durante os treinamentos propriamente ditos. Mas isso não parecia fazer muita diferença na prática: especialmente no caso do Cecat, mais do que efetivamente transferir conhecimento técnico e tecnologias, o propósito principal dessas iniciativas era relacional: ou seja, apresentar-se a, e assim buscar engajar, os parceiros africanos, construindo gradualmente um contexto para relações que tinham, até então, poucos precedentes. A responsividade destes últimos ao convite dos colegas brasileiros variava muito, mas em todos os casos a continuidade da relação sendo composta passava a depender de canais outros que os próprios treinamentos: oportunidades de estudo no

---

<sup>10</sup> Em 2012, por exemplo, associações moçambicanas de agricultores camponeses se posicionaram firmemente contra o projeto nipônico-brasileiro, categorizando-o como “açambarcamento de terras” (*land grabbing*).



Brasil, pesquisa conjunta com funcionários da Embrapa e alhures, participação em outros projetos de maior fôlego. Esse modo de engajamento da cooperação brasileira, pouco intervencionista e largamente dependente do interesse e compromisso dos parceiros do sul global, parece ainda não ter mostrado efeitos claros, mesmo no caso dos projetos de maior escala. Aqui, portanto, a etnografia deve acompanhar a temporalidade emergente do próprio campo – e assim deve fazer também a teoria: daí, a meu ver, a produtividade do instrumental stratherniano para o estudo da cooperação Sul-Sul em sua faceta contemporânea.

### Considerações conclusivas: situando escalas entre campo e gabinete

Este estudo abordou algumas das práticas de conhecimento da cooperação brasileira não enquanto avaliações ingênuas, equivocadas ou produtoras de mitos (Sá e Silva, 2009; Saraiva, 1996), mas como agências no próprio esforço de fazer contextos, acionar escalas, e tecer relações com os novos parceiros do sul global. Longe de ser um olhar externo nos moldes do “truque de deus” harawayano, a escrita etnográfica é, em si, uma dessas agências, e como tal responde a demandas que vêm não apenas na academia mas do próprio campo. Aqui e em outras ocasiões (por exemplo, Cesarino, 2013), minha escrita o fez em vários sentidos. Num sentido negativo, como é comum no estudo da cooperação de modo geral (Cesarino, 2012a), foi preciso empregar estratégias narrativas para omitir ou diluir certas informações sensíveis, assim como as identidades de alguns sujeitos (não humanos incluídos, como no caso de cultivares protegidas). Num sentido mais positivo, as relações com o campo forçaram uma extensão da análise em certas direções, por exemplo, no sentido de ocupar certos “vácuos” de conhecimento abertos pelos próprios esforços de produção de contexto entretidos pelos meus interlocutores de campo. Esses espaços apareceram, notadamente, onde o discurso e as demonstrações da cooperação brasileira entravam em disjunção com outros aspectos da sua prática na linha de frente dos projetos, com as diferentes respostas dos parceiros africanos, ou com as descrições encontradas na literatura africanista ou histórica. Nesse caso, o bem conhecido “retorno” que o etnógrafo deve aos seus informantes pelo material utilizado na pesquisa vem sendo dado não separadamente, mas *dentro* da própria escrita.

Mas talvez de modo mais fundamental, a composição entre campo e gabinete se deu no sentido de influenciar a própria escolha do instrumental (meta)teórico que embasou a escrita etnográfica. Normalmente, supõe-se, as teorias que orientam a composição do material recolhido em campo no formato de uma etnografia seguem demandas que vêm da academia: congressos científicos, bancas examinadoras, editores e pareceristas de periódicos, agências financiadoras, agências avaliadoras, futuros empregadores. No meu caso, optei por um instrumental que respondesse também a expectativas e preocupações encontradas entre meus interlocutores de campo, em especial seus esforços no sentido de fazer contextos e tecer relações robustas entre os dois lados do Atlântico Sul. Isso levou, por exemplo, à necessidade de provincializar certas correntes dominantes na antropologia do desenvolvimento como a governamentalidade foucaultiana (Cesarino, 2012b), em favor de uma abordagem que permitisse maior abertura a interações diferenciadas com o próprio campo e com outras literaturas como a pós-colonial.

A opção por essa abordagem, se emana das condições particulares nas quais realizei minha pesquisa, também tem, acredito, repercussões éticas e epistemológicas mais gerais para a academia. Em muitos casos, a escrita etnográfica (por exemplo, em artigos como este) pode tornar-se um mediador importante entre as redes estabelecidas pelo etnógrafo no campo e no gabinete. Isso continua sendo verdadeiro *ainda que* o posicionamento do antropólogo nessas redes não seja explicitado no texto. O etnógrafo nunca está imune de ser eventualmente chamado, por seus interlocutores de campo, a realizar tal explicitação, especialmente quando os artefatos compostos na academia acabam voltando ao campo: foi o caso, por exemplo, de acaloradas controvérsias como a que instigou as reflexões de David Mosse (2006) sobre as relações entre *field* e *desk*, ou as famosas “guerras das ciências” nas quais estive envolvido, entre outros, Bruno Latour (2001) (cf. também Strathern, no prelo). Por essas e outras razões, entendo que vale a pena acolher, e experimentar com, o convite que vem sendo feito por Strathern e outros para abordar reflexivamente o modo como escalas e contextos são acionados no fazer etnográfico e na escrita antropológica – com efeito, de aproximar essas duas faces do ofício do antropólogo que são, em última instância, a mesma.

## Referências

APPADURAI, A. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BIERSCHENK, T.; CHAUVENEAU, J.-P.; OLIVIER DE SARDAN, J.-P. (Org.). *Courtiers en développement: les villages africaines en quête des projets*. Paris: Karthala, 2000.

CABRAL, L.; WEINSTOCK, J. *Brazilian technical cooperation for development: drivers, mechanics, and future prospects*. London: Overseas Development Institute, 2010.

CABRAL, L. et al. Brazil-Africa agricultural cooperation encounters: drivers, narratives, and imaginaries on Africa and development. *IDS Bulletin*, v. 44, n. 4, p. 53-68, 2013.

CESARINO, L. Anthropology of development and the challenge of South-South cooperation. *Vibrant*, v. 9, n. 1, p. 507-537, 2012a.

CESARINO, L. *Cooperação sul-sul: que potencial analítico para a antropologia?* Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, 2012b. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_28\\_RBA/programacao/grupos\\_trabalho/artigos/gt19/Leticia%20Maria%20Costa%20da%20Nobrega%20Cesarino.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/programacao/grupos_trabalho/artigos/gt19/Leticia%20Maria%20Costa%20da%20Nobrega%20Cesarino.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CESARINO, L. Brazilian postcoloniality and South-South cooperation: a view from anthropology. *Portuguese Cultural Studies*, n. 4, p. 85-113, 2012c.

CESARINO, L. *South-South cooperation across the Atlantic: emerging interfaces in international development and technology transfer in agriculture*, Tese (Doutorado em Antropologia)–University of California, Berkeley, 2013.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

CORRÊA, M. *Prática comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca por autonomia*. Brasília, 2010.

D'ÁVILA, J. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

ESCOBAR, A. Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development anthropology. *American Ethnologist*, v. 8, n. 4, p. 658-682, 1991.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

FERGUSON, J. *Global shadows: Africa in the neoliberal global order*. Durham: Duke University Press, 2006.

FERGUSON, J.; GUPTA, A. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981-1002, 2002.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2003.

GARDNER, K.; LEWIS, D. *Anthropology, development and the post-modern challenge*. London: Pluto Press, 1996.

GILROY, P. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 2002.

GREEN, M. Doing development and writing culture: exploring knowledge practices in international development and anthropology. *Anthropological Theory*, n. 9, p. 395-417, 2009.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Discipline and practice: the "field" as site, method and location in anthropology. In: GUPTA, A.; FERGUSON, J. *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 1-46.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HAYDEN, C. Sem patente não há genérico: acesso farmacêutico e políticas da cópia. *Sociologias*, ano 10, n. 19, p. 62-91, 2008.

HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, M. Planet M: the intense abstraction of Marilyn Strathern. *Anthropological Theory*, v. 9, n. 4, p. 371-394, 2009.

HUEN, Chi. What is context? An ethnophilosophical account. *Anthropological Theory*, n. 9, v. 2, p. 149-169, 2009.

IPEA; ABC. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, 2005-2009*. Brasília, 2010.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc, 2001.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LEWIS, D.; MOSSE, D. *Development brokers and translators: ethnography of aid and agencies*. Bloomfield: Kumarian Press, 2006.

LI, T. M. *The will to improve: governmentality, development and the practice of politics*. Durham: Duke University Press, 2007.

MAMDANI, M. *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, n. 24, p. 95-117, 1995.

MAURER, B. Introduction to “ethnographic emergences”. *American Anthropologist*, v. 107, n. 1, p. 1-4, 2008.

MAWDSLEY, E. *From recipients to donors: emerging powers and the changing development landscape*. London: Zed Books, 2012.

MOORE, D. *Suffering for territory: race, place and power in Zimbabwe*. Durham: Duke University Press, 2005.

MOSSE, D. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press, 2005.

MOSSE, D. Anti-social anthropology? Objectivity, objection, and the ethnography of public policy and professional communities. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n. 12, p. 935-956, 2006.

MOYO, S. *African land questions, agrarian transitions and the State: contradictions of neo-liberal land reforms*. Dakar: CODESRIA, 2008.

NADER, L. Up the anthropologist: perspectives gained from 'studying up'. In: HYMES, D. *Reinventing anthropology*. New York: Random House, 1972. p. 284-311.

NETTO, A. D. Embrapa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/36373-embrapa.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

ONG, A.; COLLIER, S. (Org.). *Global assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems*. Malden: Blackwell, 2005.

PEIRANO, M. Os antropólogos e suas linhagens. In: PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 13-30.

RILES, A. *The network inside out*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

ROTTENBURG, R. *Far-fetched facts: a parable of development aid*. Cambridge: MIT University Press, 2009.

SÁ E SILVA, M. South-South cooperation: past and present conceptualization and practice. In: CHISHOLM, L.; STEINER-KHAMSI, G. *South-South cooperation in education and development*. New York: Teachers College Press, 2009. p. 39-61.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

SANTOS, B. de S. Between Prospero and Caliban: colonialism, postcolonialism, and inter-identity. *Luso-Brazilian Review*, v. 39, n. 2, p. 9-43, 2002.

SARAIVA, J. F. S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Ed. UnN, 1996.

SILVA, K. Global flows of government practices: development technologies and their effects. *Vibrant*, v. 9, n. 2, p. 72-101, 2012.

SILVA, K. *As nações desunidas: práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

SOUZA LIMA, A. C. de. Prefácio. In: VALENTE, R. *A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação internacional para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. p. 20-22.

STRATHERN, M. *Partial connections*. Savage: Rowman and Littlefield, 1991.

STRATHERN, M. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

STRATHERN, M. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

STRATHERN, M. *A crítica da boa prática*. Belo Horizonte: Editora UFMG. No prelo.

STOCKING, G. The ethnographer's magic: fieldwork in British anthropology from Tylor to Malinowski. In: STOCKING, G. *Observers observed: essays on ethnographic fieldwork*. Madison: University of Wisconsin Press, 1983. p. 70-120.

TSING, A. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

UNCTAD. *South-South cooperation: Africa and new forms of development partnership*. New York: United Nations, 2010.

VALENTE, R. *A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação internacional para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

---

VENKATESAN, S.; YARROW, T. (Org.). *Differentiating development: beyond an anthropology of critique*. New York: Berghahn Books, 2012.

VIANNA, C. M. *Os enleios da tarrafa: redes transnacionais de combate à pobreza e a política da transparência*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

WALZ, J.; RAMACHANDRAN, V. *Brave new world: a literature review of emerging donors and the changing nature of foreign assistance*. Washington: Center for Global Development, 2011. (Working Paper n. 273).

Recebido em: 15/06/2013

Aprovado em: 17/12/2013